

SISTEMAS AGRÁRIOS EM PORTUGAL CONTINENTAL, SEGUNDO OS RECCENSEAMENTOS DA AGRICULTURA DE 1979 E 1989

TERESA ALVES^{(1) (2)}

Com esta nota pretende-se tão somente uma iniciação à elaboração e leitura geográfica dos dados do Recenseamento Geral da Agricultura de 1989 (RGA) primeiramente divulgados pelo INE e que dizem respeito ao número de explorações, superfície agrícola utilizada, formas de utilização, efectivos pecuários, força de trabalho, que nos permitem conhecer, em termos gerais, os sistemas agrários dominantes.

Ensauiu-se num caso ou noutro a comparação desta informação com a correspondente à obtida pelo Recenseamento Agrícola do Continente de 1979 (RAC), no sentido de se evidenciarem as grandes tendências da evolução verificada, ao longo dos anos 80, nos usos do solo, não obstante as diferenças de conceitos e definições seguidas num e noutro dos inquéritos. Para o RGA/89, realizado de acordo com legislação comunitária, foram modificados ou introduzidos os conceitos de exploração agrícola, pastagens permanentes pobres, culturas temporárias sucessivas e culturas associadas.

(1) Assistente da Universidade de Lisboa. Investigadora do CEG. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa, Cidade Universitária, 1699 Lisboa Codex. Tel:(351-1) 794 02 18; Fax:(351-1) 793 86 90.

(2) Agradecemos à Professora Carminda Cavaco o apoio, as sugestões e a leitura atenta deste texto.

1 – EXPLORAÇÕES E SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

O RGA de 1989 contabilizou cerca de 600 mil explorações agrícolas, ocupando uma superfície total de cerca de 5,3 milhões de hectares (quadro 1).

Em 1979, no RAC, foram recenseadas 780 mil explorações com uma área agro-florestal total que ultrapassava os 5 milhões de hectares.

Quadro 1 – Número de explorações, superfície total (ST) e superfície agrícola utilizada (SAU) em 1989

	Nº explorações	superfície total (ha)	SAU (ha)	ST por exploração (ha)	SAU por exploração (ha)
Portugal	598518	5316161	4019858	8.1	6.7
Continente	550855	5157214	3893776	9.4	7.9
Região Autónoma dos Açores	24706	148137	118934	6.0	4.8
Região Autónoma da Madeira	23157	10810	7148	0.5	0.3

Fonte: INE

A Superfície Agrícola Utilizada em 1989 (SAU)⁽³⁾ era de 4019858 ha. Comparando a SAU do Continente, em 1989, com a Área Agrícola de 1979⁽⁴⁾, verificamos que cresceu significativamente (+35%). Tal facto fica a dever-se, em grande parte, a incluir-se na SAU de 1989 pastagens permanentes pobres que não tinham sido consideradas em 1979. Daqui derivam, de igual modo, alterações substanciais na estrutura da ocupação da superfície agrícola (quadro 2).

As diferenças na variação regional da superfície agrícola resultam precisamente de ser muito significativa em distritos, como V. Castelo, Guarda, Setúbal, Portalegre, Vila Real e C. Branco, a área ocupada por pastagens não melhoradas, utilizadas periódica ou permanentemente, frequentemente situadas em zonas acidentadas (quadro 2).

(3) SAU – Superfície Agrícola Utilizada: conjunto das superfícies ocupadas com terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes e hortas familiares.

(4) Área Agrícola: área constituída pela terra arável limpa, terras com culturas permanentes e terras com prados e pastagens permanentes.

Quadro 2 – Evolução da estrutura de ocupação da superfície agrícola, 1979-1989

	ÁREA SAU		1979-89	TERRA	TERRAS	TERRAS COM		TERRAS COM	
	AGRÍCOLA			ARÁVEL	ARÁVEIS	CULTURAS		PRADOS PASTAGENS	
	TOTAL (ha)	(ha)		LIMPA		PERMANENTES	PERMANENTES	PERMANENTES	PERMANENTES
1979	1989	%	1979	1989	1979	1989	1979	1989	
			%	%	%	%	%	%	
CONTINENTE	2883303	3886425	34.8	71.8	59.9	24.6	20.1	3.9	19.2
AVEIRO	58066	55665	-4.1	73.2	72.6	23.2	19.4	3.6	5.6
BEJA	583373	652933	11.9	89.6	71.9	11.0	8.6	1.0	19.3
BRAGA	68247	94555	38.5	78.4	71.0	19.5	18.1	2.1	9.2
BRAGANÇA	189403	274257	44.8	58.8	52.9	31.5	32.1	9.8	13.5
C.BRANCO	163917	217516	32.7	69.7	50.4	25.9	25.9	4.4	22.2
COIMBRA	74099	74793	0.9	77.1	68.8	22.4	23.2	0.5	5.1
EVORA	326462	580214	77.7	81.7	77.1	13.9	8.4	4.3	14.4
FARO	127290	136885	7.5	65.0	46.3	33.8	43.8	1.2	9.0
GUARDA	124820	237376	90.2	55.8	45.9	29.3	23.0	14.9	30.0
LEIRIA	85023	80837	-4.9	48.5	45.3	51.2	50.5	0.3	2.2
LISBOA	133518	123768	-7.3	55.7	54.7	42.9	38.5	1.4	6.3
PORTALEGRE	277447	419486	51.2	73.5	57.9	22.6	15.1	3.9	26.7
PORTO	62469	66611	6.6	80.2	74.6	19.2	22.2	0.6	2.0
SANTARÉM	224724	235647	4.9	52.6	45.2	45.2	36.0	2.2	17.6
SETÚBAL	141819	248152	75.0	80.1	59.7	16.2	8.5	3.7	31.6
V.CASTELO	35759	98691	176.0	79.2	38.3	16.8	7.1	4.0	57.6
VILA REAL	103856	148604	43.1	52.5	42.7	35.2	32.3	12.2	23.3
VISEU	103013	140435	36.3	63.5	51.6	31.5	32.4	5.1	13.9

Fonte: INE

As terras aráveis e as terras com culturas permanentes cresceram no conjunto do Continente, mas de forma mais significativa nos distritos do Norte e do Interior, áreas onde a agricultura tem mantido um papel importante em termos de emprego.

Em distritos como Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa estas formas de utilização da superfície agrícola diminuíram em virtude da:

- concorrência de outros tipos de uso (urbano e industrial);
- existência de alternativas de emprego fora da agricultura;
- integração crescente da agricultura no mercado e busca de uma certa racionalidade económica, que se reflectem no abandono das terras marginais.

2 – DIMENSÃO MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES

A distribuição regional da SAU por exploração mantém, em termos médios, as características do passado – acentuado contraste entre o Norte e o Sul e, no Norte, entre o Litoral e o Interior (fig. 1). A dimensão média vai aumentando à medida que caminhamos para Sul e para o Interior, mas é acentuado o domínio das pequenas explorações: em 1989 as explorações com menos de 5 ha de SAU representavam 81% das unidades inquiridas, 56% do total tinham menos de 2 ha.

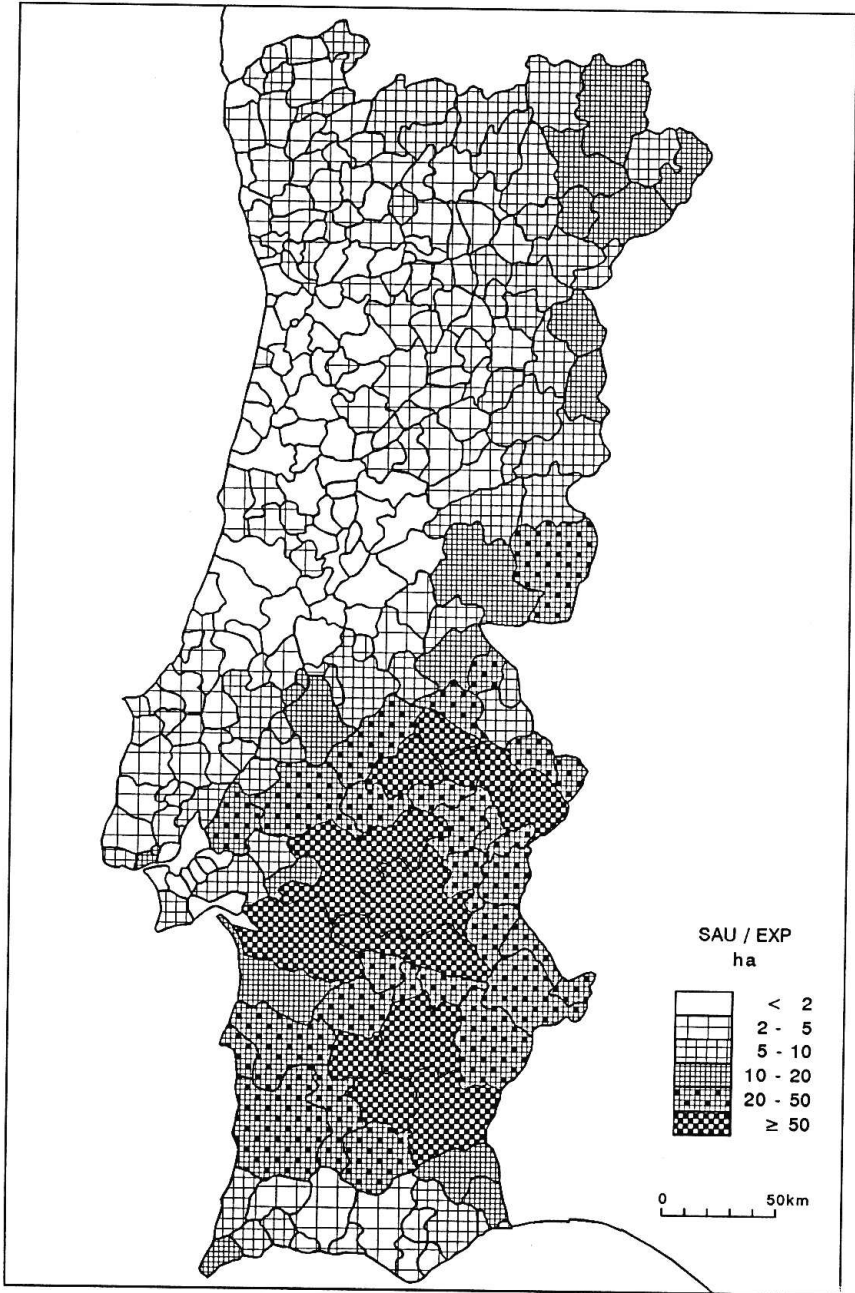
Uma análise por concelho permite constatar que a dimensão média mais baixa ocorre numa faixa de concelhos do Litoral Centro entre o Douro e Leiria, área de policultura tradicional, associada à criação de gado bovino leiteiro, onde foi recenseado maior número de explorações com menos de 1 ha, por frequentemente preencherem uma das condições necessárias para tal: posse de pelo menos uma vaca leiteira.

Os concelhos do Alentejo continuam a registar as dimensões médias mais elevadas. O fim da Reforma Agrária, com o desaparecimento das Unidades Colectivas de Produção, reflecte-se num ligeiro decréscimo dos valores, muito embora a constituição das «novas» unidades tenda a reproduzir o modelo anterior ao 25 de Abril: grandes explorações cerealíferas e de criação extensiva de gado.

3 – A PRODUÇÃO VEGETAL

As terras aráveis são ocupadas com culturas temporárias, em que se destacam os cereais (38.5%), culturas forrageiras (24.2%) e batata (4.4%) (quadro 3). A importância relativa das superfícies ocupadas não se alterou, entre 1979 e 1989, no caso dos cereais, mas cresceu nas culturas forrageiras e diminuiu na batata⁽⁵⁾.

(5) A comparação de superfícies ocupadas entre o RAC e o RGA pode conter alguns erros, mas pensamos que são pouco significativos. As explorações entre 0.5 ha e 1 ha com alguma importância para determinadas culturas deverão ter sido recenseadas em 1989 por obedecerem ao conjunto de condições mínimas (terem determinada área de cultura especializada ou um número mínimo de animais), as restantes não têm relevância em termos de área. Em 1979 as explorações recenseadas com menos de 0.5 ha de área agro-florestal representavam apenas 0.8% da superfície e as explorações até 1 ha ocupavam 4% da superfície total recenseada.



Fonte: INE.

Figura 1 – Superfície agrícola utilizada por exploração, 1989.

O olival é a cultura permanente mais importante (43%), seguida pela vinha (34%). De 1979 a 1989 as variações mais significativas consistem no aumento da superfície cultivada com pomares, em particular de frutos frescos.

Quadro 3 – Evolução da utilização das terras com culturas temporárias, 1979-1989

	TERRA	TERRAS	BATATA		CULTURAS		CEREAIS	
	ARÁVEL	ARÁVEIS			FORRAGEIRAS			
	LIMPA		1979	1989	1979	1989	1979	1989
	1979	1989	%	%	%	%	%	%
CONTINENTE	2070022	2330666	6.3	4.4	16.7	24.2	38.6	38.5
AVEIRO	42494	40429	23.4	18.9	79.1	98.3	20.3	49.5
BEJA	522581	469520	0.1	0.0	2.6	5.6	38.5	41.5
BRAGA	53484	67133	15.7	9.4	83.1	97.0	14.6	47.7
BRAGANÇA	111279	145023	8.5	5.0	7.3	13.9	43.9	46.8
C.BRANCO	114220	109686	5.5	3.7	16.7	38.9	33.7	30.6
COIMBRA	57163	51490	18.7	16.0	36.0	51.7	35.7	59.5
ÉVORA	266857	447246	0.2	0.0	8.3	10.0	43.2	26.8
FARO	82780	63338	2.7	2.5	3.7	5.7	35.7	37.6
GUARDA	69617	108897	18.8	10.2	19.8	26.9	37.6	46.3
LEIRIA	41195	36594	16.8	15.0	21.2	30.6	34.6	43.2
LISBOA	74408	67669	8.4	11.8	16.1	24.1	37.4	37.4
PORTALEGRE	203829	242921	1.5	0.4	6.5	14.4	45.8	32.9
PORTO	50125	49723	23.1	15.6	75.4	106.4	18.4	42.5
SANTARÉM	118214	106554	3.9	1.7	13.8	28.9	49.8	46.3
SETÚBAL	113547	148093	2.0	1.4	22.1	20.3	44.1	25.5
V.CASTELO	28308	37815	11.8	6.2	59.8	71.3	11.5	53.7
VILA REAL	54547	63517	32.3	23.3	17.9	33.0	48.1	57.4
VISEU	65375	75018	21.5	18.5	42.9	56.3	29.5	51.7

Fonte: INE

3.1 – Os cereais mais frequentes continuam a ser o trigo (33%) e o milho (24%). De 1979 para 1989 assistimos a um aumento da superfície ocupada com triticales e a modificações no sentido da intensificação da produção do milho através do abandono das consociações.

A repartição da superfície cultivada com cereais continua a dar a primazia aos distritos alentejanos, se bem que com diminuição da concentração. Entre 1979 e 1989, a importância relativa do conjunto Beja, Évora e Portalegre passa de 51% para 44% (quadro 4).

Quadro 4 – Evolução da repartição distrital da superfície utilizada com culturas temporárias (Continente 100%), 1979-1989

	TERRA ARÁVEL LIMPA		BATATA		CULTURAS FORRAGEIRAS		CEREAIS	
	1979	1989	1979	1989	1979	1989	1979	1989
	%	%	%	%	%	%	%	%
AVEIRO	2.1	1.7	7.6	7.4	9.7	7.0	1.1	2.2
BEJA	25.2	20.1	0.5	0.2	3.9	4.7	25.2	21.7
BRAGA	2.6	2.9	6.4	6.1	12.8	11.5	1.0	3.6
BRAGANÇA	5.4	6.2	7.2	7.0	2.4	3.6	6.1	7.6
C.BRANCO	5.5	4.7	4.8	3.9	5.5	7.5	4.8	3.7
COIMBRA	2.8	2.2	8.1	7.9	6.0	4.7	2.6	3.4
ÉVORA	12.9	19.2	0.4	0.2	6.4	7.9	14.4	13.3
FARO	4.0	2.7	1.7	1.5	0.9	0.6	3.7	2.7
GUARDA	3.4	4.7	10.0	10.7	4.0	5.2	3.3	5.6
LEIRIA	2.0	1.6	5.3	5.3	2.5	2.0	1.8	1.8
LISBOA	3.6	2.9	4.8	7.7	3.5	2.9	3.5	2.8
PORTALEGRE	9.8	10.4	2.3	0.9	3.8	6.2	11.7	8.9
PORTO	2.4	2.1	8.9	7.5	10.9	9.4	1.2	2.4
SANTARÉM	5.7	4.6	3.5	1.8	4.7	5.4	7.4	5.5
SETÚBAL	5.5	6.4	1.7	2.0	7.3	5.3	6.3	4.2
V.CASTELO	1.4	1.6	2.6	2.3	4.9	4.8	0.4	2.3
VILA REAL	2.6	2.7	13.5	14.3	2.8	3.7	3.3	4.1
UISEU	3.2	3.2	10.8	13.4	8.1	7.5	2.4	4.3

Fonte: INE

A superfície consagrada aos cereais decaiu em distritos ligados aos cereais de sequeiro, como Setúbal, Santarém, Portalegre, Faro, Castelo Branco e cresceu em V. do Castelo, Braga, Aveiro e Porto, áreas de cereais de regadio (quadro 3 e fig. 2).

3.2 – A superfície recenseada com culturas forrageiras aumentou 63%. Todos os distritos apresentam variações positivas, mas mais fortes nos do Norte e Centro Interior (Portalegre, Bragança, Castelo Branco, Vila Real, Guarda e Évora) (quadro 3). Porque associadas à criação de gado, o crescimento das superfícies dedicadas a este tipo de culturas foi mais sensível nas áreas de maior dinâmica da pecuária bovina de carne e leite. Houve, todavia, perda de peso relativo quanto a estas culturas nas regiões onde tradicionalmente eram mais importantes (Braga, Porto, Aveiro e Viseu) (quadro 4).

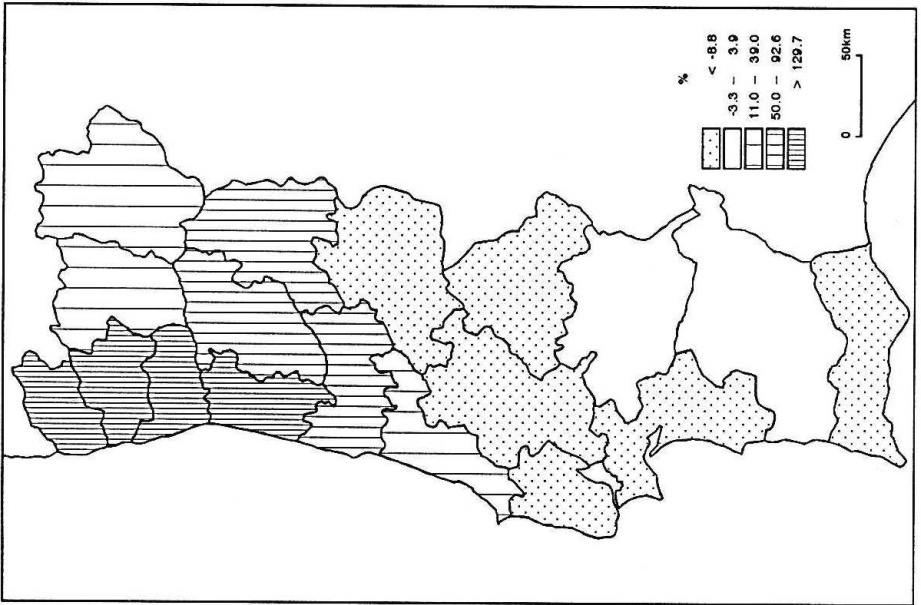
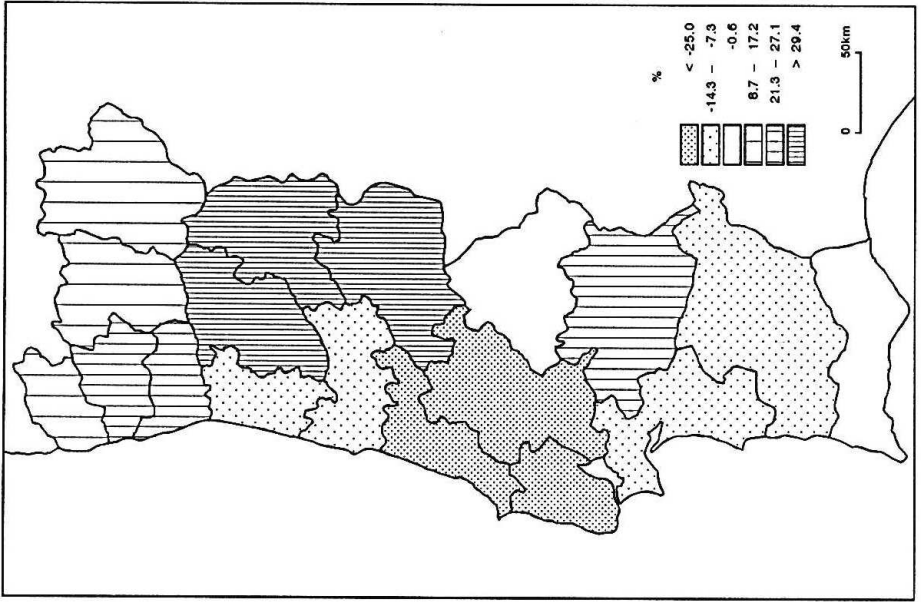


Figura 2 – Variação da superfície cultivada com cereais, 1979-1989. Figura 3 – Variação da superfície cultivada com vinha, 1979-1989.

3.3 – Entre 1979 e 1989 a área cultivada com batata decresceu 20%. Com a excepção de Lisboa, todos os distritos apresentam diminuições (quadro 3).

Na distribuição regional assistimos a um ligeiro reforço do peso de Vila Real, Viseu e Guarda, os distritos mais importantes na produção de batata de consumo e mesmo de semente (quadro 4)

Quadro 5 – Evolução da utilização das terras com culturas permanentes

	TERRA COM CULTURAS PERMANENTES		POMARES FRUTOS FRESCOS		POMARES FRUTOS SECOS		VIDEIRAS		OLIVEIRAS	
	1979	1989	1979	1989	1979	1989	1979	1989	1979	1989
			%	%	%	%	%	%	%	%
CONTINENTE	710168	784648	5.6	12.9	8.6	9.4	38.1	33.6	44.6	43.4
AVEIRO	13458	10806	2.9	5.5	0.1	0.2	76.0	81.1	4.9	4.6
BEJA	64352	56434	0.2	3.9	0.4	1.7	5.4	5.4	88.9	84.1
BRAGA	13321	17103	8.9	7.6	0.1	0.6	85.1	84.3	3.2	6.1
BRAGANÇA	59630	87988	2.4	4.2	25.5	28.3	27.5	20.2	43.7	47.2
C.BRANCO	42518	56336	5.9	12.2	0.7	0.6	10.4	10.8	81.7	76.2
COIMBRA	16564	17343	3.8	8.2	0.3	1.2	59.0	52.3	33.8	36.7
ÉVORA	45485	48973	1.3	4.8	0.2	0.4	13.7	15.4	82.6	79.3
FARO	43047	59893	2.0	35.1	50.6	44.4	8.2	7.4	11.6	12.8
GUARDA	36621	54678	5.6	7.2	18.9	15.9	46.6	41.0	28.3	35.8
LEIRIA	43548	40844	27.1	45.4	0.1	0.2	51.1	33.8	20.5	19.9
LISBOA	57227	47677	11.0	21.9	0.0	0.3	83.8	75.0	3.6	2.7
PORTALEGRE	62726	63379	2.0	5.0	0.9	1.0	2.5	2.5	93.2	91.3
PORTO	11967	14794	6.5	6.4	0.0	0.4	89.5	87.9	2.2	2.9
SANTARÉM	101659	84828	5.0	15.0	0.2	0.7	37.7	31.7	49.2	52.5
SETÚBAL	23021	20993	4.4	23.3	0.1	0.5	57.7	54.8	27.3	20.6
V.CASTELO	6016	7039	5.2	5.4	0.2	0.7	88.2	85.9	4.9	6.3
VILA REAL	36602	48044	1.5	2.3	6.6	12.0	77.5	69.3	13.8	16.3
VISEU	32398	47496	7.8	11.7	5.5	9.5	62.4	58.6	23.7	19.9

Fonte: INE

3.4 – No que respeita à vinha, as principais modificações espaciais foram: quebras em Leiria, Santarém e Lisboa, onde ainda domina a produção de vinho corrente, pouco qualificado⁽⁶⁾; e expansão em distritos com pouco peso na produção nacional, como Castelo Branco,

(6) Segundo o IFADAP, entre 1987 e 1990 as áreas abandonadas ao abrigo do Regulamento (CEE) N.º 2239/86 situavam-se predominantemente na Região de Ribatejo e Oeste (2596,5 ha em 4350,7 ha). Em contrapartida, em relação às áreas reestruturadas a importância desta região decaiu nitidamente (293 ha em 1091 ha).

Évora ou Faro, por um lado, e, por outro, em áreas de grande tradição, com Regiões Demarcadas (Pinhel, Douro, Vinhos Verdes, Dão), como os distritos da Guarda, Braga, Porto ou Viseu (quadro 5 e fig. 3).

Em termos relativos o distrito de Lisboa continua a ser o que apresenta maior peso na distribuição da vinha, seguindo-se-lhe Vila Real, Santarém e Viseu (quadro 6).

Quadro 6 – Evolução da repartição regional da superfície utilizada com culturas permanentes (Continente 100%), 1979-1989

	TERRA		POMARES		POMARES		VIDEIRAS		OLIVEIRAS	
	COM CULTURAS		FRUTOS		FRUTOS					
	PERMANENTES		FRESCOS		SECOS					
	1979	1989	1979	1989	1979	1989	1979	1989	1979	1989
		%	%	%	%	%	%	%	%	
AVEIRO	1.9	1.4	1.0	0.5	0.0	0.0	3.8	3.3	0.2	0.1
BEJA	9.1	7.2	0.4	1.8	0.4	1.3	1.3	1.2	18.1	14.0
BRAGA	1.9	2.2	3.0	1.1	0.0	0.1	4.2	5.5	0.1	0.3
BRAGANÇA	8.4	11.2	3.7	4.4	24.8	33.6	6.1	6.8	8.2	12.2
C.BRANCO	6.0	7.2	6.4	8.4	0.5	0.5	1.6	2.3	11.0	12.6
COIMBRA	2.3	2.2	1.6	1.2	0.1	0.3	3.6	3.4	1.8	1.9
ÉVORA	6.6	6.2	1.5	1.8	0.1	0.2	2.3	2.9	11.9	11.4
FARO	6.1	7.6	2.2	8.2	35.5	36.0	1.3	1.7	1.6	2.3
GUARDA	5.2	7.0	5.2	5.2	11.3	11.8	6.3	8.5	3.3	5.7
LEIRIA	6.1	5.2	30.0	24.2	0.1	0.1	8.2	5.2	2.8	2.4
LISBOA	8.1	6.11	16.0	12.9	0.0	0.2	17.7	13.6	0.6	0.4
PORTALEGRE	8.8	8.1	3.2	3.1	0.9	0.9	0.6	0.6	18.5	17.0
PORTO	1.7	1.9	2.0	1.0	0.0	0.1	4.0	4.9	0.1	0.1
SANTARÉM	14.3	10.8	12.8	14.0	0.4	0.8	14.2	10.2	15.8	13.1
SETÚBAL	3.2	2.7	2.6	3.3	0.0	0.1	4.9	4.4	2.0	1.3
V.CASTELO	0.8	0.9	0.8	0.3	0.0	0.1	2.0	2.3	0.1	0.1
VILA REAL	5.2	6.1	1.4	1.4	4.0	7.8	10.5	12.6	1.6	2.3
VISEU	4.6	6.1	6.4	7.1	2.9	6.1	7.5	10.6	2.4	2.8

Fonte: INE

3.5 – Entre 1979 e 1989 a área de olival parece ter crescido 7.4%. Em termos regionais, observamos estagnação ou declínio em regiões com tradições oleícolas (Beja, Santarém, Portalegre, Lisboa e Setúbal), e avanços em Bragança, Castelo Branco e Guarda, que quase duplicaram as áreas de 1979 (quadro 5).

A valorização do azeite foi enquadrada por associações/cooperativas de produtores, beneficiou de subsídios à produção e/ou consumo, da associação com outras actividades (como a criação de gado), do

desenvolvimento de novas técnicas de produção/recolha, que tornaram esta cultura de certo modo atractiva para investimentos em regiões com dinâmicas agrícolas menos activas⁽⁷⁾.

3.6 – O último decénio registou, principalmente, uma forte expansão da superfície ocupada com pomares de frutos frescos. Quase todas as espécies de pomar apresentam crescimentos substanciais de áreas entre 1979 e 1989. A percentagem de terra com culturas permanentes reservada a estes pomares passou de 6% para 13% (fig. 4).

Regionalmente, pode-se afirmar que o crescimento ocorreu por todo o país. O conjunto dos distritos de Leiria, Santarém e Lisboa concentra mais de 50% da superfície ocupada por estas culturas, o que, apesar do crescimento, significa uma perda de importância relativa (quadro 6). Distritos como Castelo Branco, Faro, Viseu, Setúbal e Guarda, com mais de 30% da área de pomares de frutos frescos, são as novas áreas de expansão.

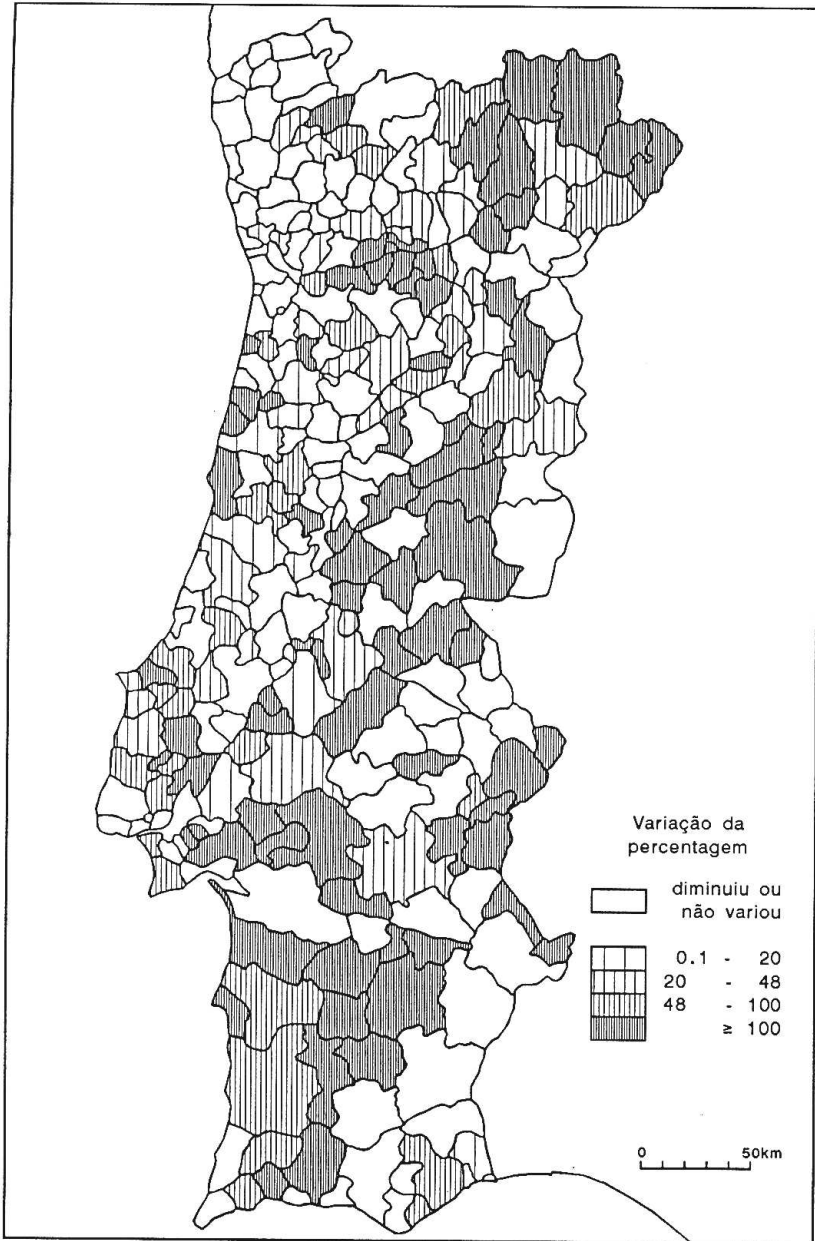
3.7 – Os citrinos têm uma expressão espacial fortemente regionalizada: ao distrito de Faro cabem, em 1989, 58% da área citrícola do país. Em relação a 1979, este valor significa um nítido incremento – dos novos 8 mil ha de citrinos, 7 mil concentram-se no distrito de Faro.

3.8 – Os frutos secos são outro exemplo de cultura extremamente concentrada: Bragança e Faro aglomeram quase 70% da superfície por eles utilizada (quadro 6).

A valorização das suas colheitas estimulou a expansão da área, através de novas plantações, situações ainda pontuais, mas que podem servir de exemplo incentivador de novas experiências.

3.9 – As culturas protegidas continuam a dispor de áreas relativamente diminutas, mas que cresceram, significativamente, entre os dois recenseamentos: mais de 150%. A forte concentração no Algarve atenuou-se com a expansão de novas unidades na região do Oeste e no litoral do Alentejo.

(7) A repartição regional do investimento do programa específico da olivicultura, no âmbito do PEDAP, entre 1987 e 1991, apresenta uma correlação forte com a distribuição da área ocupada com olival. Os maiores desvios observam-se no favorecimento do Alto Alentejo e Ribatejo, enquanto áreas como o Pinhal e a Beira Interior Norte têm uma dinâmica de investimento inferior à importância da área de olival.



Fonte: INE.

Figura 4 – Variação da superfície agrícola utilizada com pomares de frutos frescos, 1979-1989.

De um modo geral, a análise da evolução da ocupação do solo, segundo os dados do RAC e do RGA, permite-nos concluir que a estrutura das culturas por distrito não se alterou significativamente, mas a sua repartição territorial esboça novas tendências:

– cereais, culturas forrageiras, vinha, olival e pomares de frutos frescos: decréscimo da concentração nos distritos mais importantes; surgimento de novas áreas de cultura fora das regiões tradicionais;

– citrinos e frutos secos: expansão, com aumento da concentração nos distritos já mais significativos em 1979.

4 – PRODUÇÃO ANIMAL

4.1 – O número de cabeças de bovinos aumentou ligeiramente entre 1979 e 1989 (2.6%).

A tendência mais nítida foi o crescimento da concentração nas áreas tradicionalmente importantes: distritos do Porto, Braga, Aveiro e Évora. No conjunto destes quatro distritos o número de bovinos aumentou em mais de 75 mil.

A repartição espacial das vacas leiteiras revelou tendências de reforço da concentração nos distritos do Litoral Norte, enquanto no de Évora decaiu. Neste distrito assume maior relevo a criação de gado para abate.

Quanto à estrutura de criação – número de bovinos por exploração⁽⁸⁾ – verificamos apenas um ligeiro aumento entre 1979 e 1989: continuam a dominar as unidades com um número muito pequeno de efectivos. As maiores dimensões médias aparecem associadas à grande exploração do Alentejo (gado para abate) e às áreas de minifúndio, em estreita ligação com a criação estabular (alimentada à base de concentrados), com vista à produção de leite (fig. 5). Apesar da importância das forragens nesta última região, a pequenez das explorações leva-nos a crer que continua grande a dependência da criação de bovinos da aquisição de alimentos compostos para animais, e não apenas no quadro das unidades de cunho já industrial (pecuária sem terra).

(8) Não é possível saber o número de explorações com bovinos, portanto o número de explorações é o total.

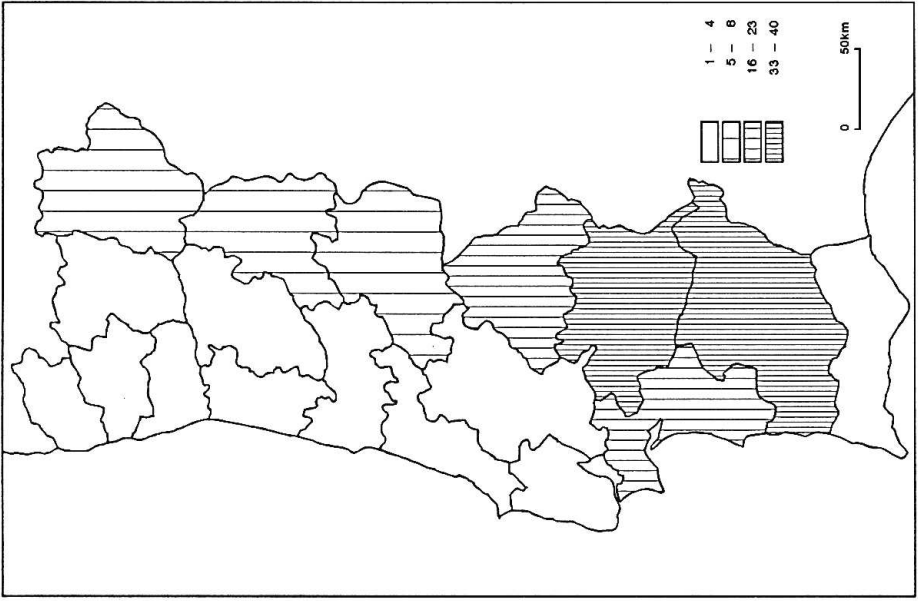


Figura 6 – Número de ovinos por exploração, 1989.

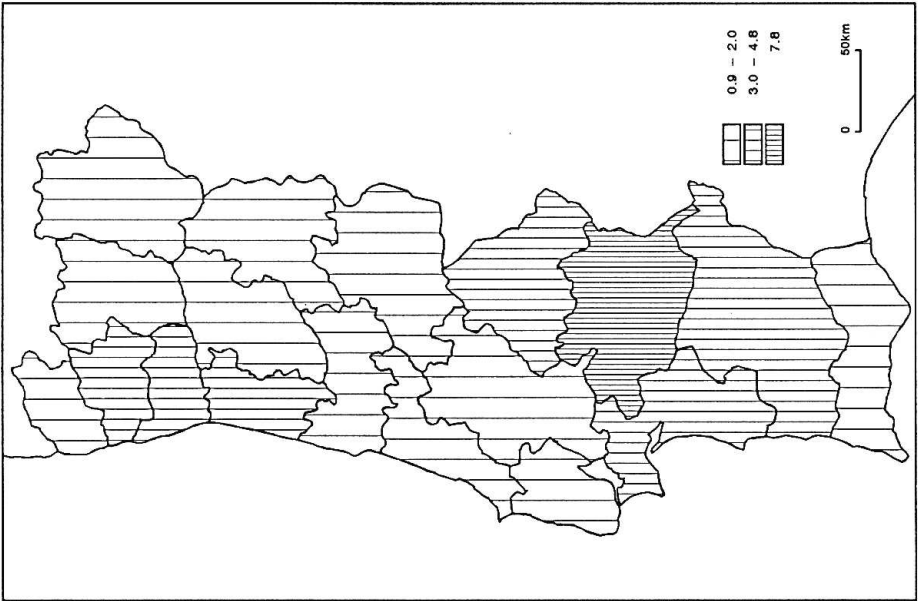


Figura 5 – Número de bovinos por exploração, 1989.

4.2 – O número de ovinos cresceu, entre 1979 e 1989, cerca de 850 mil cabeças. Assiste-se a um reforço das áreas tradicionais neste tipo de criação de gado, reconhecidas aliás como desfavorecidas e beneficiando por isso de subsídios comunitários. Os distritos do Alentejo (Évora, Beja e Portalegre), responsáveis por mais de 50% da variação, concentram 47% dos efectivos.

Entre os dois Recenseamentos o número de ovinos por exploração aumentou de um modo mais nítido nas áreas onde já era mais elevado (fig. 6).

A criação de ovinos está intimamente relacionada com a pastorícia ao ar livre, havendo uma correlação directa entre a dimensão dos rebanhos e a disponibilidade de espaço. As regiões com maior número de ovinos por exploração são simultaneamente as de maior dimensão média das explorações agrícolas. São também estas as regiões com maior importância dos prados e pastagens permanentes, na maior parte das vezes pastagens pobres.

4.3 – A criação de gado caprino continuou a ter uma expressão relativamente diminuta.

O número de efectivos parece ter tendência para diminuir, mesmo em regiões com certa tradição, como Beja e Santarém. Guarda, Bragança e Vila Real são áreas em que este tipo de criação de gado mantém importância; a evolução dos efectivos foi positiva.

Castelo Branco é o distrito que concentra o maior número de cabeças: pastos pobres em grandes extensões; valorização tradicional do leite em certos tipos de queijo; região desfavorecida e, por isso, com subsídios por cabeça de caprino semelhantes aos dos ovinos.

4.4 – O gado suíno registou ligeira diminuição, tanto nas regiões em que era tradicional a criação em regime de pastoreio (Beja 42%; Portalegre 37%), como nas áreas ligadas à criação estabular (Viana do Castelo 51%; Braga 39%).

A importância do conjunto dos quatro distritos com maior peso nos efectivos (Leiria, Santarém, Setúbal e Lisboa) passou de 55% para 70%, em relação com a afirmação da estrutura industrial da moderna suinicultura nacional.

De facto, a dimensão média das unidades aumentou, paralelamente à expansão da criação «industrializada».

5 – MODIFICAÇÕES TÉCNICAS: MECANIZAÇÃO E REGA

5.1 – Nas transformações da última década ressalta a expansão da mecanização de determinadas operações agrícolas. A dificuldade crescente em dispor de força de trabalho e o crescimento dos salários estimulou a quase duplicação do número de tractores, assim como de outros equipamentos mecânicos (motocultivadores, ceifeiras debulhadoras e enfardadeiras), a par, obviamente, dos fundos facultados pelo FEOGA-Orientação, no âmbito do antigo Regulamento (CEE) 797.

Quadro 7 – Evolução do número de máquinas agrícolas

	1979	1989
tractores	66694	130657
motocultivadores	21236	42622
ceifeiras debulhadoras	3740	5409
enfardadeiras	3802	7081

Fonte: INE

Os valores da mecanização estão, contudo, ainda longe dos níveis europeus. As áreas relativamente melhor equipadas são as do Alentejo, Ribatejo e Oeste (figura 7). A maior dimensão das unidades agrícolas, a estrutura empresarial com uma integração da agricultura na economia de mercado permitem e, ao mesmo tempo, impõem o avanço da mecanização.

5.2 – No que respeita à rega, parece ter havido entre os dois recenseamentos um crescimento da superfície irrigada de cerca de 30 mil hectares. A variação regional do peso da SAU irrigada mantém-se com os contrastes anteriores, cabendo os valores mais elevados ao Norte Litoral e os menores ao Alentejo.

Significativo foi também o facto de ter crescido consideravelmente o número de explorações que utilizam sistemas de irrigação mais modernos: aspersão e gota-a-gota. A Beira Litoral é a região onde a rega por aspersão é mais frequente (superfícies planas; fabrico regional de pequenos aspersores) e os distritos de Santarém, Leiria e Faro são os que concentram o maior número de explorações com sistemas de irrigação gota-a-gota.

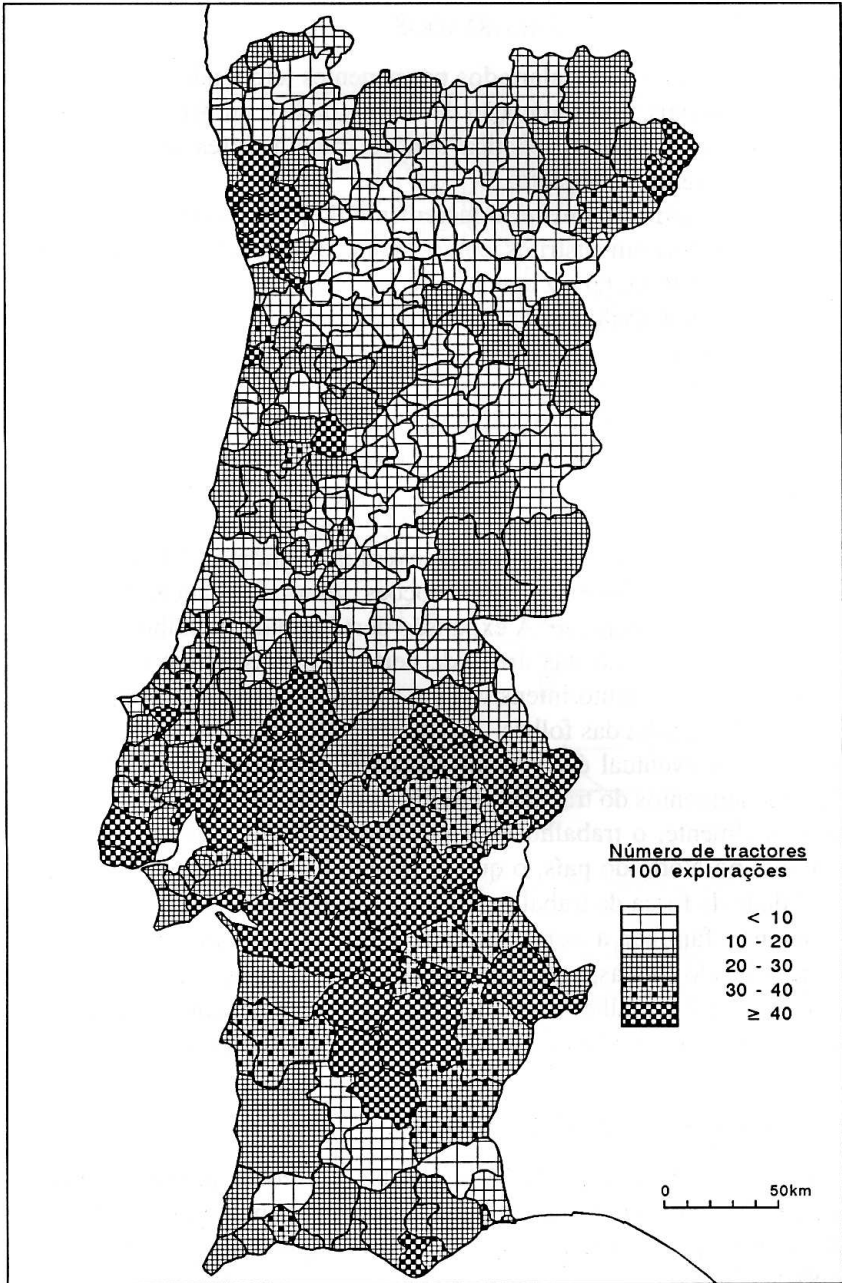


Figura 7 – Nível de mecanização, 1989.

6 – TRABALHADORES ASSALARIADOS

6.1 – O trabalho de assalariados permanentes tem tendência a diminuir em todo o país, com excepção de Évora, onde o número de activos quase duplicou. Evolução idêntica têm os trabalhadores assalariados permanentes a tempo completo.

Verifica-se, todavia, um certo incremento do peso dos trabalhadores a tempo completo em distritos como Viana do Castelo, Leiria, Portalegre, Évora e Beja, talvez apenas em correspondência com a pressão das novas leis do trabalho e com a desagregação das UCP's em favor de empresas patronais.

A importância dos trabalhadores a tempo completo está, pois, directamente relacionada com a dimensão das unidades de produção, seguindo de perto a distribuição média das diferentes classes de áreas das empresas.

6.2 – O número de dias em jornas eventuais diminui globalmente e em quase todos os distritos: as excepções foram Bragança, Guarda, Castelo Branco e Portalegre. A expansão deste tipo de trabalho aparece associado ao acréscimo das áreas de certas culturas, como os frutos frescos e o tabaco, muito intensivas em trabalho manual no tempo das colheitas e da apanha das folhas.

O trabalho eventual é efectuado em 66% dos casos por mulheres, indiciando aumentos do trabalho feminino em relação a 1979.

Regionalmente, o trabalho eventual masculino aparece como mais importante no Norte do país, o que se prende não só com a maior disponibilidade de força de trabalho ocasional, mas também com o tipo de trabalho não familiar a contratar. Em geral, o trabalho masculino é mais qualificado (podas, enxertias, condução de máquinas), enquanto o recurso eventual a mulheres se relaciona, preferencialmente, com certo tipo de operações mais leves, de que é exemplo a colheita de produtos.

7 – FORMAS E TIPOS DE EXPLORAÇÃO

7.1 – A forma de exploração dominante é a conta própria: ocupa cerca de 70% da SAU total, enquanto o arrendamento fixo ocorre em 23% da mesma superfície e assume maior significado no Alentejo (fig. 8).

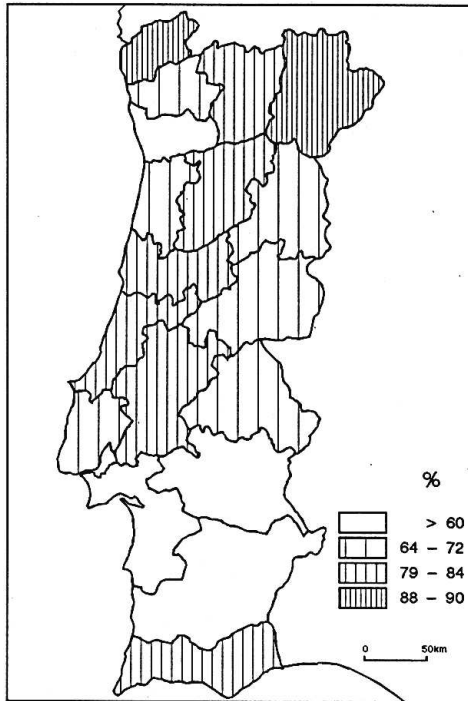


Figura 8 – Superfície agrícola utilizada de conta própria, 1989.

O tipo de exploração agrícola dominante é a do agricultor autónomo⁽⁹⁾: 95% das explorações e 58% da SAU. A agricultura empresarial controla 25% da SAU e é mais representativa no Alentejo, no Ribatejo e no Oeste.

7.2 – A agricultura a tempo parcial reafirmou-se entre 1979 e 1989. Os dirigentes que se dedicam a tempo completo à exploração passaram

⁽⁹⁾ O agricultor autónomo é aquele que utiliza no trabalho da exploração agrícola apenas a sua actividade e do seu agregado doméstico, podendo recorrer excepcionalmente a trabalho assalariado.

de 24 para 22%. No caso da população agrícola familiar⁽¹⁰⁾, o número de pessoas que se dedicam a tempo completo à exploração diminuiu de 16% para 12%. O terciário domina o tipo de actividade fora da exploração agrícola. Regionalmente, ocorrem algumas diferenças: a actividade na indústria é mais significativa no Litoral Norte e Centro e na agricultura no Interior Norte e Alentejo. Este padrão é semelhante ao que se observava em 1979.

8 – POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR

8.1 – Segundo o RGA, a população agrícola familiar rondava 1,8 milhões de pessoas em 1989, representando mais de 50% da população residente em áreas como o Interior Norte.

8.2 – O nível de instrução da população agrícola familiar continua a ser muito baixo: 43% não possui qualquer grau de instrução, mas, em relação a 1979, os valores significam uma certa melhoria. O crescimento generalizado do nível de escolarização dos grupos etários mais jovens justifica esta evolução, o que não significa melhores níveis entre os activos na agricultura. Em geral, os membros do agregado doméstico mais instruídos são os que trabalham predominante ou exclusivamente fora da exploração, em actividades não agrícolas.

8.3 – A estrutura etária da população agrícola familiar continua muito envelhecida, na sequência dos êxodos agrícolas dos decénios precedentes.

9 – CONCLUSÃO

Fortemente condicionada por diferenciações territoriais da estrutura natural e da dotação em factores produtivos, a agricultura portuguesa caracteriza-se por contrastes regionais muito acentuados:

– uma agricultura de pequenas unidades familiares, intensiva, altamente consumidora de força de trabalho, orientada para ramos como gado (leite e carne), legumes, batata, frutos frescos, vinha, predomina no Litoral, do Norte e Centro, e no Algarve;

(10) A população agrícola familiar é a população residente no agregado doméstico da exploração agrícola.

– uma agricultura de grandes explorações empresariais, com actividades pouco intensivas em força de trabalho, factor de produção raro e relativamente caro nestas regiões, e passíveis de mecanização, como as culturas de cereais, ou ramos extensivos, predomina no Alentejo e em menor escala no Interior Norte e Centro.

A agricultura portuguesa continua a ser, em termos estruturais médios, uma agricultura:

- de pequenas explorações (dimensão média baixa);
- familiar (fraca importância do trabalho assalariado);
- de conta própria (grande peso da SAU de conta própria);
- com segmentos de fraca integração no mercado;
- com grande significado social, através da produção, do complemento dos salários, das reformas, das pensões, dos subsídios.

Não obstante, a evolução verificada na década de oitenta traduziu-se no reforçar de certas inovações técnicas (mecanização, irrigação, culturas forçadas) e na diversificação, através de novas culturas e variedades (cereais, oleaginosas, frutas, tabaco, hortícolas, pecuária bovina e de pequenos ruminantes).